



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 156/XV/1.ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2022

Proposta de Aditamento

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 156.º - A (Novo)

Empresa Pública de Recolha e Aprovisionamento de Cereais

1. É criada a Empresa Pública de Recolha e Aprovisionamento de Cereais, a partir da SILOPOR, S.A., sob tutela do Ministério da Agricultura e Alimentação, com o objetivo de criar, gerir e manter uma reserva nacional de cereais, capaz de assegurar graus de aprovisionamento anual superiores a 50%.
2. Na constituição da reserva nacional de cereais é dada prioridade à aquisição de produtos provenientes da pequena e média agricultura e da agricultura familiar.
3. Os trabalhadores ao serviço na SILOPOR, S.A., independentemente do seu vínculo laboral, transitam para a nova Empresa Pública de Recolha e Aprovisionamento de Cereais como trabalhadores com contrato sem termo e com todos os direitos e tempo de serviço reconhecidos.
4. Com a entrada em vigor da presente lei considera-se revogado o Decreto-Lei n.º 188/2001, de 25 de junho, que regula o processo de liquidação da SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, S. A..

Assembleia da República, 3 de maio de 2022

Os Deputados,

João Dias; Paula Santos; Bruno Dias; Alma Rivera; Diana Ferreira; Jerónimo de Sousa

Nota justificativa:

Os resultados do Recenseamento Agrícola 2019 evidenciam a situação do país no que respeita à sua dependência externa no domínio alimentar, justificando as preocupações e os constrangimentos para os quais o PCP tem vindo reiteradamente a alertar.

A par da liquidação das explorações agrícolas, regista-se um decréscimo de 12 % de terras aráveis, com redução da área de produção de cereais para grão e de área de produção de batata, com aumento de 24 % da área reservada a culturas permanentes e de 14 % da área de pastagens.

A falta de estratégias e medidas concretas para combater o abandono das atividades agrícolas e agropecuárias, para incentivar a produção nacional de bens alimentares essenciais, assume, no atual quadro de crise, cada vez maior relevância, deixando os cidadãos mais vulneráveis.

A falta de capacidade interna em suprir as necessidades de bens alimentares, deixa o país sem mecanismos eficazes para combater a especulação dos preços dos alimentos, diminuindo de forma acentuada os rendimentos das famílias, situação que se está já a registar.

Os dados mais recentes em termos de grau de autoaprovisionamento relativos ao período 2020/2021 evidenciam a dependência alimentar do País, em especial no que respeita a cereais (num total global de 19,4%), sendo o trigo aquele que apresenta valores mais preocupantes - grau de autoaprovisionamento de 6,4 %. Esta situação deixa Portugal numa situação particularmente frágil, que se tem materializado no aumento do custo de bens alimentares essenciais, nomeadamente o pão, que no último ano aumentou em quase 5,41 pontos o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor.

No caso particular dos cereais, não se pode deixar de referir que com o desmantelamento da EPAC e com as dificuldades criadas à produção e armazenamento dos cereais, perderam-se sementes e conhecimento, instalando-se a descrença nesta produção, ocupando-se as terras com outras culturas e em especial monoculturas, com os perigos de desertificação dos solos, de contaminação por agroquímicos e vulnerabilidade a pragas que os modos agrícolas superintensivos acarretam.

A liquidação da SILOPOR, veio também reduzir a capacidade operacional de armazenamento de cereais, colocando o país numa situação ainda mais vulnerável face à disponibilidade de cereais e de flutuações das suas cotações nos mercados internacionais.

Implementar medidas concretas capazes de recuperar, com urgência, a produção nacional de cereais e assegurar o seu aprovisionamento estratégico são aspetos fundamentais para contrariar o ciclo de dependência alimentar face ao exterior e contribuir para a recuperação da soberania neste domínio, razão pela qual o PCP apresenta a presente proposta de criação da Empresa Pública de Recolha e Aprovisionamento de Cereais.